

Informação nº 1799/2016 - Seleg

Brasília-DF, 22 de novembro de 2016.

Processo nº 12748/2007

Interessado (a): TCDF

Assunto: Abono de permanência

Ementa: Estudos especiais. Abono de permanência. Natureza jurídica. Decisão nº 67/07-AD. LC nº 840/11. Caráter indenizatório. Decisões judiciais. Considerações.

Senhor Chefe,

Retornam os autos em face do Despacho de fl. 207 do Secretário de Gestão de Pessoas para exame da persistência ou alteração dos fundamentos da Decisão nº 67/2007-AD (fl. 151), quanto à natureza jurídica e incidência de tributos sobre o abono de permanência.

2. Em relação à matéria, conforme bem observado na Informação nº 497/2011 da então DGA (fls. 205/206), a Lei Complementar nº 840/11, no art. 101, inciso VII, estabeleceu a natureza indenizatória do abono de permanência, *verbis*:

Art. 101. Tem caráter indenizatório o valor das parcelas relativas a:

(...)

VII abono de permanência;

3. Nesse aspecto, também estabeleceu o inciso II do art. 130 da LC nº 840/11 que o valor das indenizações não é computado para fins de incidência de imposto de renda ou de contribuição para a previdência social, ressalvadas as disposições em contrário na legislação federal. Eis o dispositivo:

Art. 103. O valor das indenizações não pode ser:

(...)

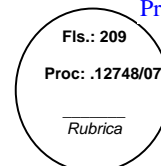
II computado na base de cálculo para fins de incidência de imposto de renda ou de contribuição para a previdência social, ressalvadas as disposições em contrário na legislação federal;

4. Ainda quanto à matéria, merecem destaque alguns posicionamentos jurisprudenciais. O Superior Tribunal de Justiça - STJ, em sede de Recurso Repetitivo, firmou o entendimento de que o abono de permanência tem natureza jurídica remuneratória, sendo que não há lei que autorize considerar a parcela como isenta, conforme RE nº 1.192.556/PE, cuja ementa está abaixo transcrita:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGEP/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



1. *Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.*

2. *Recurso especial provido.*

(REsp 1192556/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/08/2010, DJe 06/09/2010)

5. Tal entendimento tem sido, assim, endossado pelo STJ nos julgamentos recentes, consoante os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

TRIBUTÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.

1. *A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.*

2. *A orientação da Corte Especial do STJ é no sentido de que, em Execução contra a Fazenda Pública, é possível a expedição de precatório referente à parcela incontroversa do crédito, ou seja, em relação ao montante do valor executado que não foi objeto de Embargos à Execução.*

3. *Cumpre registrar que, no âmbito federal, a orientação do STJ foi consolidada na Súmula 31/AGU, in verbis: "É cabível a expedição de precatório referente à parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública."* 4. *O abono de permanência é indubitavelmente vantagem pecuniária permanente, pois essa contraprestação se incorpora ao patrimônio jurídico do servidor de forma irreversível ao ocorrer a reunião das condições para a aposentadoria. Não é, portanto, possível atribuir eventualidade ao pagamento da citada vantagem, pois somente com o implemento da aposentadoria ele cessará.*

5. *O STJ, sob o regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/2008, já se manifestou sobre a natureza jurídica do abono de permanência para fins tributários, de forma a assentar o seu caráter remuneratório.*

6. *O mesmo se diga em relação ao auxílio-alimentação, porquanto o Superior Tribunal de Justiça entende que tal verba, quando paga em dinheiro, possui natureza remuneratória.*

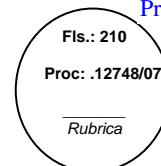
7. *Recurso Especial desprovido.*

(REsp 1607418/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 12/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONTROVÉRSIA ACERCA DA INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE O ABONO DE PERMANÊNCIA. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA, PELA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ, EM SEDE DE RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGEP/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



I. O Recurso Especial é cabível, pois, embora conste do acórdão recorrido que o abono de permanência encontra-se previsto no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, o Tribunal de origem decidiu, na realidade, a questão federal infraconstitucional relativa à incidência, sobre ele, do Imposto de Renda, cujo fato gerador não é definido nas retromencionadas disposições constitucionais, mas no art. 43 do CTN.

Aliás, a Segunda Turma do STJ, ao julgar o AgRg no REsp 1.418.580/RS (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 05/02/2014), enfrentou situação semelhante à dos presentes autos, ocasião em que proclamou que eventual contrariedade ao art. 40, § 19, da Constituição Federal, quando muito, constituiria ofensa reflexa ao referido dispositivo constitucional. O Plenário do STF, ao julgar o RE 688.001/RS (Rel. Ministro TEORI ZAVASCKI, DJe de 18/11/2013), deixou assentado que é de natureza infraconstitucional e não possui repercussão geral a questão relativa à incidência do Imposto de Renda sobre o abono de permanência II. A Primeira Seção do STJ, ao julgar, sob o rito do art. 543-C do CPC, o REsp 1.192.556/PE, firmou o entendimento de que o abono de permanência, previsto no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, no § 5º do art. 2º e no § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, bem como no art. 7º da Lei 10.887/2004, possui natureza remuneratória e sujeita-se ao Imposto de Renda, nos termos do art. 43 do CTN, visto que não há lei que considere tal abono como rendimento isento (STJ, REsp 1.192.556/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 06/09/2010).

III. Agravo Regimental improvido.

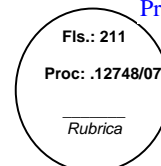
(AgRg nos EDcl no REsp 1528006/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe 17/03/2016)

6. No âmbito do Supremo Tribunal Federal – STF, a questão foi considerada como de caráter infraconstitucional, tendo sido caracterizada a ausência de repercussão geral da temática, consoante RE 688.001/RS, verbis:

Ementa: TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE O ABONO DE PERMANÊNCIA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-A DO CPC). 1. A controvérsia a respeito da incidência do imposto de renda sobre as verbas percebidas a título de abono de permanência é de natureza infraconstitucional, não havendo, portanto, matéria constitucional a ser analisada (ARE 665800 AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe de 20/08/2013; ARE 691857 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe 19/09/2012; ARE 662017 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 03/08/2012; ARE 646358 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 15/05/2012). 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Constituição Federal se dê de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, Pleno, DJe de 13/03/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGEP/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



(RE 688001 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 03/10/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 14-11-2013 PUBLIC 18-11-2013)

7. Já o Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1, contrariando o posicionamento do STJ, entendeu que não cabe incidência de imposto de renda sobre o abono de permanência. Eis a ementa do Acórdão:

TRIBUTÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA DO TRIBUTO.

1. Proposta a ação a partir de 09.06.2005, a prescrição é quinquenal (RE 566.621/RS, r. Ministra Ellen Gracie, Plenário do STF).

2. Não obstante a jurisprudência do STJ no REsp 1.192.556 – PE “representativo da controvérsia”, r. Ministro Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, acerca da incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, a 4ª Seção deste TRF1 firmou entendimento divergente de não incidência do tributo (EAC 0039673-05.2009.4.01.3400 - DF, r. Des. Federal Marcos Augusto de Sousa).

3. Apelação da autora provida.

(APELAÇÃO CÍVEL 2009.34.00.017572-1/DF, Relator Desembargador Federal Novély Vilanova, julgado em 10.04.15)

8. Tem-se que Recurso Especial foi interposto e admitido no referido Processo, sendo que ainda não há julgamento do caso específico no STJ.

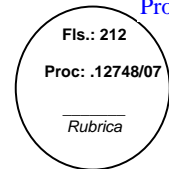
9. Por fim, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, tem seguido o entendimento adotado no STJ quanto à matéria. Transcreve-se a seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESPECIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA QUANTO AO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES ANTERIORES. LEGALIDADE DA INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE ABONO DE PERMANÊNCIA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (RESP 1.192.556/PE). DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1.A regra do art. 109, VIII, da CF expõe que compete à Justiça Federal o julgamento de mandado de segurança de ato de autoridade federal, com a ressalva das competências originárias dos Tribunais Federais. O TJDF está compreendido no grupo dos Tribunais Federais, razão pela qual este Conselho Especial, a teor do art. 8º, I, "c", da Lei 11.697/08, é competente para mandado de segurança de ato do Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

2.O indeferimento de requerimento administrativo de isenção da incidência de imposto de renda insere-se na alçada da autoridade superior do Parquet do Distrito Federal e Territórios. Desse modo, porque tal autoridade possui competência para satisfazer a pretensão mandamental, evidencia-se a sua pertinência subjetiva para figurar como autoridade coatora.

3.O pedido sucessivo de restituição de valores indevidamente descontados excede os limites do mandado de segurança (art. 14, § 4º, da



Lei 12.016/09), de tal sorte que tal pleito sucessivo, por se confundir com intento de cobrança (Enunciado nº 269 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal), não merece ser conhecido.

4.O e. Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de ser legal a incidência de imposto de renda sobre o "abono de permanência", em sede da sistemática dos repetitivos (REsp 1.192.556/PE), sendo que essa diretiva já foi adotada pelo e. Conselho Especial deste Tribunal Local (MSG 20110020001450).

5. Denegação da segurança.

(Acórdão n.584901, 20110020227296MSG, Relator: J.J. COSTA CARVALHO CONSELHO ESPECIAL, Data de Julgamento: 24/04/2012, Publicado no DJE: 16/05/2012. Pág.: 52)

10. Não obstante a divergência jurisprudencial supramencionada, tem-se que não há discussão judicial específica da questão frente à disposição explícita da LC nº 840/11 quanto à natureza indenizatória do abono de permanência. Nesse sentido, estando em vigor o art. 101, inciso VII, da LC nº 840/11, resta legalmente caracterizado o caráter indenizatório do abono de permanência no âmbito do Distrito Federal, não havendo motivos para alteração da Decisão nº 67/2007-AD.

11. Ante o exposto, em face do Despacho de fl. 207, sugere-se o encaminhamento dos autos à Alta Direção da Corte para conhecimento das decisões judiciais relativas à questão da natureza jurídica do abono de permanência e da incidência de imposto de renda sobre a parcela, persistindo os fundamentos da Decisão nº 67/2007, por força do art. 101, inciso VII, da LC nº 840/11.

À superior consideração.

Laís Braga Cordeiro Aquino
Analista de Administração Pública

De acordo. À Segep.

Paulo César Carneiro
Chefe do Serviço de Legislação de Pessoal